

ANEXO 15

REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PARA A CONCESSIONÁRIA

CONCESSÃO PATROCINADA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE LITORAL PAULISTA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O SISTEMA RODOVIÁRIO será transferido de forma integral à CONCESSIONÁRIA mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos prazos, termos e nas condições estabelecidos neste ANEXO.
 - 1.1.1. A transferência dos trechos rodoviários descritos no item 1.1, acima, à CONCESSIONÁRIA, compreende tanto as vias principais quanto as auxiliares, incluindo ACESSOS, conforme descrição apresentada no ANEXO 2, as quais passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverão ser consideradas pela CONCESSIONÁRIA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.
- 1.2. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONCESSIONÁRIA da assunção do SISTEMA RODOVIÁRIO à zero hora da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, observadas as disposições deste ANEXO e do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.3. A partir da assunção dos trechos que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, na forma disciplinada neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as obrigações a ela atribuídas no CONTRATO e nos ANEXOS, assegurando a prestação de SERVIÇO ADEQUADO no trecho rodoviário que compõe o SISTEMA RODOVIÁRIO, mesmo que ainda não concluídas todas as etapas procedimentais estabelecidas neste ANEXO.
- 1.4. A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou da sua inércia nas providências previstas neste ANEXO.

2. DOS PRAZOS PARA A TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

- 2.1. O SISTEMA RODOVIÁRIO deverá ser transferido à CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.2 do CONTRATO, por intermédio da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.

3. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

- 3.1. A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA terá o prazo de até 3 (três) meses para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO.
 - 3.1.1. As PARTES e a ARTESP deverão, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, definir a metodologia para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO.
 - 3.1.2. Caso as PARTES e a ARTESP não cheguem em consenso quanto à metodologia a ser adotada para a elaboração do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, no prazo definido no item 3.1.1, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar a metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE quando da elaboração dos estudos que antecederam a CONCESSÃO disponibilizados no Data Room da LICITAÇÃO.
- 3.2. O LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO terá por objetivo exclusivo a identificação de novos PASSIVOS AMBIENTAIS não indicados no APÊNDICE B.
 - 3.2.1. Caso sejam identificados novos PASSIVOS AMBIENTAIS deverá ser elaborado laudo técnico individual da evolução de cada ocorrência, o qual deverá ser

assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- i. Localização do passivo socioambiental;
- ii. Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- iii. Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento *in loco*;
- iv. Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
- v. Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
- vi. Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
- vii. Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental;
- viii. Registro fotográfico da situação observada.

3.3. Os PASSIVOS AMBIENTAIS constantes do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, elaborado conforme metodologia aprovada pelas PARTES, nos termos do item 3.1.1, ou conforme metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do item 3.1.2, na forma como aprovado pela ARTESP, constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO, desde que não constem ou não decorram da lista disposta no APÊNDICE B.

3.4. O reequilíbrio econômico-financeiro com base no item 3.3, acima, será realizado nos termos do CONTRATO.

3.5. Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre os PASSIVOS AMBIENTAIS existentes no SISTEMA RODOVIÁRIO, inclusive aqueles identificados no LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, salvo vícios ocultos, nos termos do CONTRATO.

4. DO ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

4.1. Deverá ser elaborado Estudo de Identificação e Avaliação de Riscos e Impactos Socioambientais (ESIA), alinhado aos requisitos do PD1, devendo contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

- (i) Avaliação de eventuais riscos e impactos associados às novas obras complementares e à retificação dos PASSIVOS AMBIENTAIS;
- (ii) No caso de ser necessário desenvolver atividades de construção fora da FAIXA DE DOMÍNIO atual, os estudos devem dar atenção especial aos riscos e impactos relacionados a processos de desapropriação / reassentamento, biodiversidade, Povos Indígenas e comunidades tradicionais e patrimônio cultural (PD5, PD6, PD7 e PD8);

- (iii) Linha de base (diagnóstico) e atualizada da Área de Influência Direta (AID);
- (iv) Estudos hidrológicos e de drenagem;
- (v) Modelagem de ruído baseada em cenários atualizados de tráfego ao longo da concessão e identificação de receptores sensíveis (baseada na ocupação real, independente de planos diretores / zoneamento), sendo que os resultados deverão ser compartilhados com as autoridades competentes e com os municípios relevantes para consideração em seu planejamento urbano;
- (vi) Avaliação de Risco de Segurança, com base nas diretrizes do PD4, com análise dos riscos gerados por seus acordos de segurança patrimonial para as pessoas, quer estas estejam dentro ou fora do local do projeto;
- (vii) Avaliação do risco de violência de gênero e de exploração e abuso sexual;
- (viii) Avaliação dos impactos do projeto nos serviços ecossistêmicos;
- (ix) Consulta, caso aplicável, às autoridades brasileiras (Condephaat – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo e Instituto Nacional de Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN) e à ARTESP, para a definição do escopo de avaliação de impactos sobre patrimônio cultural, arqueológico e paleontológico, alinhado às diretrizes do PD8.
- (x) Estudo de Análise de Risco durante períodos de obras e operação.

O mapeamento atualizado de partes interessadas a ser feito no ESIA deverá ser incorporado em um Plano de Engajamento com Partes Interessadas. As Partes Interessadas são entendidas como qualquer pessoa, grupo de pessoas e seus representantes, ou instituição pública ou privada que possa ser impactada, ter interesse ou poder de influência sobre o projeto, com especial foco a comunidades afetadas. Referido plano deverá atender ao menos às seguintes condições:

- (i) Deve ser dimensionado para os riscos e impactos do projeto e seu estágio de desenvolvimento e deve ser adaptado às características e interesses das Comunidades Afetadas. Ele deve incluir medidas diferenciadas para permitir a participação efetiva daqueles identificados como desfavorecidos ou vulneráveis e envidar todos os esforços razoáveis para garantir o envolvimento com as partes interessadas que de fato representam os pontos de vista das Comunidades Afetadas.
- (ii) Deverá prever procedimentos para prevenir e gerenciar riscos de saúde para as comunidades relacionados a emergências sanitárias, tais como o COVID-19, visando a (a) consultas seguras durante o desenvolvimento do ESIA; (b) consultas e engajamento permanentes ao longo da CONCESSÃO PATROCINADA, (c) fornecimento de informações relacionadas ao projeto para as comunidades dentro da AID e (d) recebimento de *feedback*, adotando-se todas as medidas possíveis para proteger a saúde dos

envolvidos.

PGAS

Os levantamentos efetuados no escopo do ESIA deverão subsidiar um Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS). Referido plano não deve ser confundido com os planos aprovados no âmbito do licenciamento ambiental do projeto. O PGAS deverá estar alinhado aos requisitos do PD1 e contemplar, no mínimo:

- (i) Gestão do risco de exploração e abuso sexual, exigindo-se que contratados e funcionários adotem códigos de conduta, tenham treinamento sobre o assunto e tenham monitoramento dos contratados que trabalham no SISTEMA RODOVIÁRIO;
- (ii) Plano de Gestão de Contratadas e Subcontratadas, com base na Nota de Boas Práticas "Gerenciamento do Desempenho Ambiental e Social de Empreiteiros" (IFC, 2017). Dentre outros requisitos, deverá ser certificado de que todas as licenças e outorgas para utilização de areia/cascalho/solo e água, bem como os bota-fora e áreas de empréstimo utilizados, estejam válidas;
- (iii) Programa de Gestão de Resíduos (inclusive perigosos) e Materiais Perigosos, a ser implementado inclusive por empreiteiros, contratadas e subcontratadas;
- (iv) Plano de Gerenciamento de Construção, também aplicável a empreiteiras, contratadas e subcontratadas, incluindo disposições para monitoramento e prevenção e mitigação de tráfego, ruído, poeira, emissões gasosas, consumo de água e águas residuais, resíduos, materiais perigosos e resíduos perigosos, contaminação por doenças infecciosas etc;
- (v) Programa de Gerenciamento de Tráfego durante a realização de obras, incluindo mitigação de riscos de saúde e segurança para usuários das estradas, ciclistas e pedestres;
- (vi) Programa de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, aplicável a fases construção, operação e manutenção;
- (vii) Programa de Gestão da Segurança Patrimonial compatível com o PD4 (parágrafos 12 a 14) e com base nos resultados do EIAS, considerando ainda as diretrizes do "Manual de Boas Práticas - Uso das Forças de Segurança: Avaliação e Gestão de Riscos e Impactos - Orientação para o Setor Privado em Mercados Emergentes" da International Finance Corporation (IFC, 2017). No âmbito do Plano de Gestão de Segurança, deverão ser observadas medidas específicas visando a assegurar a segurança das comunidades afetadas, com especial foco às populações vulneráveis, de modo a mitigar ocorrências de discriminação, assédio, violência, entre outros, destas populações, inclusive quando baseadas em gênero. O plano deverá prever treinamentos periódicos sobre violência de gênero e gestão do risco potencial de exploração e abuso sexual como parte do Programa de Gestão de Segurança Patrimonial;

- (viii) Plano de Gerenciamento de Riscos e Plano de Ação de Emergência aplicáveis a obras, operação e manutenção; e
- (ix) Sistema de Gestão de Segurança Rodoviária, cobrindo a fase de operação e manutenção, incluindo os requisitos do PD4.

Biodiversidade

(a) Apresentação

A avaliação da biodiversidade deverá ser realizada no âmbito do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO e poderá ter como base estudos disponíveis. Esta avaliação deverá ser realizada com base em dados obtidos em campo e consultas a especialistas, e será acionada toda vez que seja planejado o início de estudos de impacto para licenciamento de intervenção cuja área de influência direta se sobreponha a um local identificado como habitat potencialmente crítico.

As etapas para essa avaliação deverão seguir as determinações estabelecidas no PD6 e nas Notas de Orientação 6 (versão de 27 de junho de 2019). Ressalta-se que o PD6 e respectiva Notas de Orientação (em sua versão mais atual) deverão sempre ser os documentos norteadores do processo de avaliação de biodiversidade e criticidade de um habitat.

Os consultores responsáveis por essa avaliação deverão ser especialistas com experiência reconhecida na região do projeto, e/ou em habitats similares, e em estudos de biodiversidade e avaliação de habitat crítico. Especialistas nas espécies classificadas como Criticamente Ameaçadas (CR) ou Em Perigo (EN) também deverão ser envolvidos.

(b) Metodologia de Avaliação

A avaliação de biodiversidade e habitats críticos deverá abranger uma área de análise de, no mínimo, 1 km para cada lado do eixo principal das rodovias que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO.

O estudo é composto por duas partes, descritas na sequência.

Parte 1: Avaliação de Biodiversidade

Uma revisão e atualização acerca dos valores de biodiversidade prioritários ocorrentes ao longo da área de análise deverá ser realizada com base em informações de campo, apoiada em consulta a bibliografia científica e literatura cinzenta reconhecida, e consulta a especialistas.

Os valores de biodiversidade prioritários devem considerar unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares, áreas com alto valor de biodiversidade reconhecidas nacional e internacionalmente, remanescentes significativos de vegetação nativa, presença de espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção e/ou endêmicas.

Estudos para Avaliação da Biodiversidade conforme PD6 devem classificar as rodovias pertencentes ao SISTEMA RODOVIÁRIO em classes distintas com relação à

sensibilidade da biodiversidade, como:

- Baixa sensibilidade = Ausência de valores de biodiversidade prioritários, habitats prioritariamente modificados;
- Média sensibilidade = Presença de espécies da fauna e flora prioritárias (espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, migratórias ou congregantes), sendo o habitat significativo ou não para a população dessas espécies, remanescentes significativos de vegetação nativa, habitats naturais no geral;
- Alta sensibilidade = além dos valores descritos acima, presença de áreas legalmente protegidas e/ou áreas chave para biodiversidade. Presença de espécies da fauna e flora prioritárias (espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, migratórias ou congregantes). Habitats —entendidos como de significativa importância para a população dessas espécies podem ser considerados habitats potencialmente críticos.

Esta classificação da sensibilidade de cada segmento deverá ser confirmada com dados de campo, quando houver a necessidade de confirmação da ocorrência de espécies prioritárias e do status de preservação de remanescentes de vegetação nativa.

Para todos os segmentos deverão ser previstas medidas de mitigação aos impactos das obras previstas, que deverão ser consolidadas em um Plano de Manejo de Biodiversidade, ou integradas ao PGAS da CONCESSÃO.

Caso haja impacto em habitats naturais, deverão ser seguidas as recomendações dos parágrafos 14 e 15 do PD6, que apresentam os requisitos a serem atendidos no caso de projetos em habitats naturais (parágrafo 14), sendo necessário prever, como parte da hierarquia de mitigação do projeto, perda líquida zero de biodiversidade (parágrafo 15).

Para os segmentos classificados como de média e alta sensibilidade, deverão ser aplicados os procedimentos descritos na Parte 2.

Parte 2: Determinação de habitat crítico

Fase 1 – Delimitação de habitats potencialmente críticos

A delimitação de habitats potencialmente críticos deverá ser atualizada seguindo as etapas descritas abaixo:

Revisão bibliográfica e consulta com partes interessadas sobre os valores de biodiversidade que poderiam resultar no enquadramento de partes da área de estudo como habitat crítico. A revisão bibliográfica deverá incluir consultas a artigos científicos e publicações nacionais e internacionais reconhecidamente idôneas sobre a biodiversidade da região e o status de ameaça das espécies nativas. As consultas devem incluir entidades conservacionistas, autoridades ambientais governamentais e outras autoridades pertinentes, instituições acadêmicas ou científicas e especialistas independentes reconhecidos também deverão ser consultados. Com base na investigação bibliográfica e no processo de consulta deverá ser elaborada uma lista (em formato de tabela) de todos os valores de biodiversidade potencialmente ocorrentes na região do projeto que podem ser gatilho de habitat crítico, contendo as seguintes

informações:

- Principais fontes de informação (Listas de espécies ameaçadas da *International Union for Conservation of Nature* – IUCN, nacional e estaduais, especialistas consultados, demais fontes consultadas).
- Análise preliminar do potencial de cada espécie/valor de biodiversidade para acionar um dos critérios de enquadramento como hábitat crítico (conforme os cinco critérios definidos no parágrafo 16 do PD6).
- Necessidades específicas de informação complementar sobre cada valor de biodiversidade com potencial de acionar o enquadramento como hábitat crítico. As necessidades de informação devem focar naquilo que é necessário para confirmar se um determinado valor de biodiversidade aciona o gatilho para enquadramento como hábitat crítico.

Descrição e mapeamento da área de estudo, incluindo a justificativa para os limites geográficos adotados, seguindo as diretrizes constantes no parágrafo NO59 das Notas de Orientação 6, que estabelece a necessidade de se delimitar uma “área ecologicamente apropriada de análise” para cada valor de hábitat crítico (espécie ou ecossistema) de ocorrência na região do projeto. A delimitação dessa área deverá considerar informações sobre a distribuição da espécie e/ou ecossistema e os padrões, funções e processos ecológicos necessários para mantê-los. Os limites podem contemplar grandes rios ou características geológicas, e devem considerar características de conectividade na paisagem. Nessa etapa, caso múltiplos valores de biodiversidade tenham distribuição ou requisitos ecológicos que se sobrepõem, uma área agregada poderá ser mais apropriada, com o intuito de se desenhar áreas ecológicas de análise. Os mapas elaborados deverão ser sobrepostos aos trechos de concessão e suas áreas de análise.

A delimitação de habitats potencialmente críticos deverá ser realizada com base na análise integrada dos produtos gerados nas etapas de revisão e descrição, considerando os critérios de enquadramento de hábitat crítico estabelecidos no parágrafo 16 do PD6 e as orientações contidas nos parágrafos NO70 a NO83 das Notas de Orientação 6. As informações compiladas na lista de valores de biodiversidade subsidiarão a delimitação de habitats potencialmente críticos, com base na delimitação das áreas ecologicamente apropriadas de análise definidas na etapa de descrição. O produto final deverá ser um mapa com a delimitação de habitats potencialmente críticos na área de análise do projeto.

Fase 2 – Confirmação de hábitat crítico

A confirmação no enquadramento de determinada área como hábitat crítico será acionada caso esteja prevista a execução de alguma obra que impacte diretamente alguma região classificada como hábitat potencialmente crítico. Essa fase deverá seguir as seguintes etapas:

Execução de levantamentos de campo considerados necessários para obter as informações definidas na etapa 1.1. Em alguns casos, estas informações poderão ser produzidas através dos levantamentos de linhas de base de biodiversidade a serem realizados nos estudos do licenciamento ambiental da obra. Entretanto, quando essa

informação está incompleta ou não permite a avaliação de valores específicos de biodiversidade, a equipe de avaliação de hábitat crítico deverá recorrer a uma combinação de métodos de investigação, incluindo levantamentos complementares, estudos de ecologia das espécies/valores de interesse, consultas adicionais a especialistas, informações disponíveis em estudos recentes e/ou planos ou estratégias nacionais de biodiversidade (quando disponíveis), entre outros. A informação obtida deverá contemplar a ecologia e processos evolutivos das espécies, os habitats ou “nichos” preferenciais e outros aspectos pertinentes a nível regional, nacional e global, caso necessário.

Refinamento da lista de valores de biodiversidade potencialmente ocorrentes com base nas informações complementares adquiridas. Caso estas informações não sejam conclusivas, isso deverá ser claramente justificado e deverão ser apresentados métodos alternativos e/ou premissas a serem adotadas no processo de determinação de hábitat crítico. Entretanto, independente das premissas e/ou métodos alternativos adotados, especialistas nas espécies/valores de biodiversidade deverão ser consultados para o estabelecimento de valores de população, unidades reprodutivas, distribuição e ecologia das espécies.

Refinamento e Delimitação das “Áreas Ecologicamente Apropriadas” com base nas informações complementares obtidas em campo e por meio de consultas adicionais a especialistas. A delimitação das áreas ecologicamente apropriadas deverá ser realizada para cada um dos valores de biodiversidade identificados como potenciais gatilhos de hábitat crítico. É importante que a delimitação das áreas ecologicamente apropriadas seja embasada por especialistas nas espécies/valores de biodiversidade em questão, e considere o padrão de distribuição da espécie em toda a sua área de vida. Os critérios de delimitação das áreas ecologicamente apropriadas na região do projeto deverão ser comparados aos critérios utilizados em outros estudos sobre o padrão de distribuição da espécie em outras regiões onde a mesma também ocorre, como parte do processo de verificação se as áreas na região do projeto têm o nível de significância para a espécie/valor de biodiversidade que é definido como gatilho de habitat crítico (NO70 a NO80).

Determinação de habitats críticos, que será realizada mediante a aplicação dos cinco critérios para enquadramento como hábitat crítico, conforme procedimentos metodológicos descritos nos parágrafos NO70 a NO83 das Notas de Orientação 6. Caso necessário, especialmente nos casos de insuficiência de informações sobre alguma espécie ou valor de biodiversidade específico, especialistas e/ou instituições deverão ser novamente consultados para opinar sobre a distribuição e ocorrência da espécie, valores de população, unidades reprodutivas e outras questões chave para o enquadramento como hábitat crítico. Após essa etapa, deverá ser elaborada a Lista Final de Valores de Biodiversidade que acionam o enquadramento definitivo como hábitat crítico. Esta lista incluirá informações individuais para cada espécie/valor, incluindo, no mínimo:

- As fontes de informação utilizadas.
- Os critérios de enquadramento acionados (1 a 5).
- O nível de “criticidade” (conforme estabelecido nos parágrafos NO72 a NO83 das Notas de Orientação 6).

- A descrição da lógica de acionamento dos critérios de enquadramento em cada caso.
- A definição de eventuais informações complementares que podem ser necessárias para confirmar que uma determinada espécie/valor aciona hábitat crítico (quando esta confirmação não é possível com os dados obtidos).

Definição do mecanismo de revisão externa e acordos de cooperação para avaliação, planejamento e mitigação continuada. Todos os participantes dos processos de revisão externa serão identificados, indicando-se sua especialização, instituição de afiliação e resumo dos comentários e/ou recomendações apresentadas. Todos os acordos de cooperação serão também identificados com menção dos potenciais participantes e apresentação de justificativas para sua inclusão.

Impactos residuais e metas: deverão ser calculados os impactos residuais do projeto, utilizando-se de métricas disponíveis na literatura internacionalmente reconhecida que rege sobre o tema, com foco nos valores de biodiversidade prioritários do projeto. Caso sejam constatados impactos residuais em áreas de hábitat natural e/ou crítico, deverão ser elaboradas medidas que possibilitem atingir perda zero e/ou ganho líquido para os valores de biodiversidade que designam o habitat como tal, conforme recomendação dos parágrafos 15 e 18 do PD6, respectivamente. Essas medidas deverão ser apresentadas em um Plano de Ação para Biodiversidade (PAB).

(c) Relatório final

O Relatório Final do Estudo de Biodiversidade deverá incluir:

- Resumo executivo;
- Descrição das metodologias utilizadas, desenho amostral dos levantamentos de campo, documentos referentes às consultas com partes interessadas e áreas ou aspectos onde foi necessário adotar hipóteses para embasar as conclusões, relatando claramente qualquer insuficiência ou limitação da informação disponível;
- Tabelas com a lista de valores de biodiversidade prioritários para a área de análise e a lista final de valores de biodiversidade que acionam critérios de enquadramento como hábitat crítico, incluindo as análises e justificativas pertinentes;
- Mapas da área de estudo e das áreas ecologicamente apropriadas de cada espécie/valor de biodiversidade estudado, conforme instruções apresentadas nas etapas de (i) descrição e mapeamento da área de estudo; (ii) refinamento da lista de valores de biodiversidade potencialmente ocorrentes; e (iii) refinamento e delimitação das “Áreas Ecologicamente Apropriadas”;
- Documentação do processo de revisão externa por especialistas consultados;
- Documentação de todas as fontes de informação e dados brutos obtidos nos levantamentos de campo;

- Lista de todos os especialistas participantes, com indicação da instituição de afiliação e suas qualificações relevantes, e descrição de como suas sugestões foram conduzidas durante a avaliação;
- Plano de Ação de Biodiversidade, contendo a descrição das medidas de prevenção e mitigação de impactos, conforme a hierarquia de mitigação do parágrafo 14 do PD1, incluindo proposta de monitoramento das ações e indicadores de avaliação. Caso o estudo retorne positivamente para o enquadramento para hábitat crítico em áreas afetadas pelas novas obras, o Plano de Ação de Biodiversidade deverá incluir programas específicos de conservação para os valores de biodiversidade que acionaram o gatilho de enquadramento, objetivando atingir um saldo líquido de biodiversidade. No caso dos impactos residuais em habitats naturais, o Plano de Ação de Biodiversidade deverá prever medidas que possibilitem atingir zero perda de biodiversidade (parágrafo 15 PD6).

Povos Indígenas

Caso, durante a realização do ESIA pela CONCESSIONÁRIA, seja verificada a necessidade de se avaliar eventual impacto sobre Povos Indígenas não tratado antes da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, deverá ser implementado estudo alinhado às diretrizes do PD7, contendo ao menos:

- (i) Identificação e avaliação dos impactos positivos e negativos do projeto para as comunidades indígenas localizadas dentro da AID do projeto;
- (ii) Processo de Consulta e Participação Informada (CPI), conforme diretrizes para o Plano de Engajamento com Partes Interessadas e resultados do ESIA. O processo de CPI deve:
 - Começar ao início do processo de identificação de riscos e impactos ambientais e sociais e implementar de forma contínua, à medida que sejam identificados novos riscos e impactos;
 - Basear-se na divulgação e disseminação prévia de informações relevantes, transparentes, objetivas, significativas e de fácil acesso, em idioma(s) e formato culturalmente apropriados;
 - Focar o engajamento inclusivo;
 - Estar livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação;
 - Permitir uma participação significativa, quando aplicável;
 - Ser documentado
- (iii) Caso seja necessário Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI), este processo deve ser conduzido pela CONCESSIONÁRIA em coordenação com as autoridades locais (conforme regulamentação brasileira) e ARTESP.

Deverá ser desenvolvida estratégia para coordenar com as autoridades locais e a FUNAI o envolvimento com os Povos Indígenas ao longo da implementação do ESIA e Plano de Engajamento com Partes Interessadas.

Nota aplicável de forma geral: exclusivamente os estudos e análises de cunho socioambiental constantes acima poderão ter seu prazo de conclusão postergado a pedido da CONCESSIONÁRIA ou por meio de acordo entre as PARTES.

5. DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO E SEUS EFEITOS

- 5.1. As não conformidades que constem do APÊNDICE B deverão ser corrigidas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições constantes do CONTRATO e ANEXOS, e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.
- 5.2. Nos casos de incorreções ou falhas identificadas na versão aprovada pela ARTESP do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, que atendam aos termos e às condições deste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA será obrigada a realizar as respectivas correções após determinação da ARTESP, configurando EVENTO DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.

6. INVENTÁRIO

- 6.1. O LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO e demais documentos, produzidos pela CONCESSIONÁRIA, integram os INVENTÁRIOS, os quais deverão ser mantidos atualizados, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1. A ARTESP, observando, no mínimo, as recomendações das versões aprovadas do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, deverá elaborar cronograma para a adequação de todas as não conformidades apontadas.
- 7.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá sofrer ônus, tais como penalidades contratuais e deduções referentes à mensuração de INDICADORES DE DESEMPENHO, diretamente decorrentes das incorreções constatadas no âmbito da versão aprovada do LEVANTAMENTO COMPLEMENTAR DETALHADO, até que se encerre o prazo estipulado no cronograma estabelecido nos termos do item 7.1 acima.